



À espera do Orçamento



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Muito em breve serão conhecidos os detalhes preliminares do Orçamento do Estado 2011. A ansiedade dos mercados obriga a que não se espere por meados de Outubro. A crise parece eternizar-se um pouco por todo o mundo e, uma vez mais, é inevitável que no documento orientador da actividade

do Estado os impostos voltem a registar novo aumento.

A máquina estatal continua a demonstrar uma grande sofreguidão por receitas adicionais. Em desespero, não hesita em socorrer-se da mais rápida e expedita fonte de dinheiro.

Desde meados dos anos 80 que o aumento da carga fiscal está ligado ao peso crescente dos impostos directos. A criação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em 1985, foi um marco sem precedentes na captação de receitas e decorreu da entrada de Portugal na União Europeia.

A conjuntura propiciou uma explosão consumista: o aumento do nível de vida dos portugueses e a expansão do crédito bancário fizeram com que nos adequásse-

mos aos padrões europeus em termos de consumo.

Cientes da importância desta evasão na vida dos portugueses, o Estado lançou mão dos impostos sobre o consumo, ao mesmo tempo que diminuiu o peso dos impostos directos. Uma tendência que se vem acentuando. Os produtos petrolíferos e a aquisição de automóveis são, por norma, dois alvos preferenciais da “gula” do Estado.

Recentemente, o governo, ao abrigo do pacote de austeridade, agravou o imposto do selo sobre as operações de crédito ao consumo.

Quem quiser endividar-se para comprar um carro de, por exemplo, 15 mil euros, a 60 meses, vai ter uma penalização no imposto do selo de 60 euros.

Sobre o previsível e iminente agravamento da carga tributária, há já quem lhe chame o “maior aumento de impostos da democracia portuguesa”.

Com efeito vivemos tempos extraordinários e de uma dureza pouco comum. Quando julgávamos vislumbrar a luz ao fundo do túnel, preparam-nos para um cenário de sacrifícios continuados, sem fim à vista.

O acto de pagar impostos é um “mal necessário”: por um lado contribui para o empobrecimento de todos, mas, noutra perspectiva, permite financiar sectores cruciais na sociedade, como a saúde e a educação, e em situações de emergência, como a actual, minorar o défice. O busílis da questão está, contudo, em ver recompensado esse sacrifício. Os contribuintes têm de sentir que os montantes que subtraem do seu orçamento familiar e que são canalizados para o Estado, têm um destino que é visível e palpável. Para já, resta prosseguir o absolutamente necessário caminho rumo à consolidação.

Ainda a propósito do próximo

Orçamento do Estado devo recordar que por norma geram-se muitas expectativas sobre o que ele pode trazer de novo no domínio da fiscalidade. Entendo que as eventuais novidades a introduzir na proposta orçamental devem ser residuais. Isto porque o quadro normativo da fiscalidade precisa de estabilidade. Temos um bom sistema fiscal que assenta em duas premissas: o rendimento e a humanização, ao invés do que se passa em muitos outros países, nomeadamente na Europa, com organizações e arquitecturas fiscais mais frias e impessoais.

As alterações legislativas a operar terão de ser, necessariamente, cautelosas. Cirúrgicas, se possível. Ir mais além no reequilíbrio do relacionamento entre a administração fiscal e o contribuinte afigura-se preocupação prioritária, aprofundando os passos positivos dados no OE do ano transacto. Vamos esperar para ver. ■